



<b>Veículo:</b> O Liberal		
<b>Data:</b> 30/04/2017	<b>Caderno:</b> Atualidades	<b>Página:</b> 08
<b>Assunto:</b> Cotas		
<b>Tipo:</b> Notícia	<b>Ação:</b> Espontânea	<b>Classificação:</b> Positiva

# Cotas incluem pessoas com deficiência

## DECRETO

Preocupação agora é o prazo para que instituições se adaptem à norma

Da Redação

Quase cinco anos após a lei que instituiu cotas nas universidades e institutos federais do País a estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas, as pessoas com deficiência foram incluídas entre aqueles com direito à reserva de vaga. O decreto estendendo esse direito foi publicado na última segunda-feira, 24, no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com o Ministério da Educação (MEC), as novas regras valem para o próximo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no segundo semestre. As mudanças no Decreto 9.034/2017, assinado pelo presidente Michel Temer e pelo ministro Mendonça Filho, regulamentam a Lei 12.711/2012. O MEC vai editar, no prazo de 90 dias, os atos complementares à aplicação dos critérios de distribuição das vagas. Enquanto essas normas não forem publicadas, vale a sistemática adotada no concurso seletivo imediatamente anterior, segundo o texto.

O documento prevê que a quantidade de vagas seja, no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade federativa onde está instalada a instituição, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o levantamento de 2010, o Brasil tem 6,2% da população com alguma deficiência.

A notícia da inclusão das pessoas com deficiência na Lei de Cotas foi considerada um avanço pelo presidente da Associação Paraense de Pessoas com Deficiência (APPD), Ney Gil Sousa, para quem a inclusão demorou para ocorrer. "Nós tivemos uma conquista importante, porém ainda estamos atrasados, porque nosso País carece de políticas públicas sérias que atendam as pessoas com deficiência, que ainda são desassistidas", avalia Ney, lembrando que outros grupos sociais vulneráveis já eram contemplados desde 2012.

Ney Sousa salienta que as pessoas com deficiência são vítimas e merecem aten-

ção tanto quanto os demais grupos antes já assistidos. "Nós somos vítimas, ainda na infância, por exemplo, da ausência de um pré-natal, do cuidado de nossas famílias com a vacinação em dia. Somos vítimas da violência no trânsito e dos acidentes de trabalho, assim como da ausência de um sistema de saúde eficiente", afirma.

Para o presidente da APPD, a demora da inclusão das pessoas com deficiência na Lei de Cotas é uma questão cultural. "As pessoas acham que nós só reivindicamos cadeiras de rodas, próteses e órteses. Mas não. Nós queremos, sim, e lutamos por questões muito maiores, na tentativa de alcançar a nossa cidadania plena. A falta de um braço, de uma perna, um problema na visão não nos torna incapazes. Somos seres como qualquer outro, porém temos, sim, algumas limitações", explica Ney Sousa.

Um das preocupações dele é quanto ao preparo das universidades e institutos para receber os alunos com deficiência. "Será que os professores conseguem trabalhar com as diferenças? A tentativa de uniformizar é válida, mas a questão é muito ampla. O acervo, a estrutura, os profissionais precisam estar preparados. Foi dado um prazo para que as instituições



se adaptem, mas, com certeza, é pouco. Ainda há muitos desafios para se cumprir com o que determina a lei”, avalia o presidente da APPD. Ele diz ainda que é preciso reconhecer a inclusão como uma oportunidade para que as pessoas com deficiência busquem se especializar e profissionalizar-se, seja no nível superior ou técnico.

## OPORTUNIDADES

Ney Gil avalia que as cotas são necessárias porque nem todas as pessoas tiveram as mesmas oportunidades. “Uma pessoa deficiente visual vai precisar de alguém que leia ou transcreva um livro para o braille. Olha o tempo que isso leva, o trabalho que dá. Uma pessoa dita normal não passa por isso. Então, as cotas são necessárias, senão as minorias não terão espaço nem oportunidade na sociedade. São as cotas que diminuem o distanciamento social entre a gente”, afirma.

Lorena Zervita, 26, é estudante do curso de jornalismo em uma universidade particular da capital. Ela tem deficiência visual e diz que o decreto é um grande passo, fruto de muita luta. “O segundo passo é ter acessibilidade para receber essas pessoas. As universidades precisam de acessibilidade arquitetônica. Muitas não dão condições nem para o aluno andar dentro delas, como na UFPA, onde eu tenho colegas, e eles dizem que é muito complicado lá”, diz Lorena. A universitária acredita que, sem as cotas, não há condições para os alunos competirem de igual para igual.

Além disso, Lorena entende que o prazo dado às instituições para adaptação às exigências do MEC não será suficiente. “Há muito para ser feito. Isso vai desde a preparação dos profissionais que irão lidar com esses alunos até a questão da acessibilidade, que é muito importante e necessária”, afirma a estudante, que avalia como boa a estrutura da universidade privada na qual está matriculada, com recursos e profissionais para atender as pessoas com deficiência.



**Ney Sousa, presidente da APPD: inclusão de pessoas com deficiência demorou**